



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ GABRIEL ALVES DA SILVA MENEZES

RELAÇÃO ENTRE OS CICLOS ELEITORAIS E OS GASTOS PÚBLICOS:

Evidências das teorias dos Ciclos Político Econômicos nos municípios de
Pernambuco entre 2012 e 2022

Caruaru

2024

JOSÉ GABRIEL ALVES DA SILVA MENEZES

RELAÇÃO ENTRE OS CICLOS ELEITORAIS E OS GASTOS PÚBLICOS:

Evidências das teorias dos Ciclos Político Econômicos nos municípios de Pernambuco entre 2012 e 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração:

Ciências Econômicas.

Orientador (a): Doutor Leandro Willer Pereira Coimbra

Coorientador (a): Doutor Valdeir Soares Monteiro

Caruaru

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Menezes, José Gabriel Alves da Silva.

Relação entre os ciclos eleitorais e os gastos públicos: Evidências das teorias dos Ciclos Político Econômicos nos municípios de Pernambuco entre 2012 e 2022 / José Gabriel Alves da Silva Menezes. - Caruaru, 2024.

39 p. : il., tab.

Orientador(a): Leandro Willer Pereira Coimbra

Coorientador(a): Valdeir Soares Monteiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2024.

1. Gastos Públicos municipais. 2. Ciclos Político Econômicos. 3. Dados em Painel. I. Coimbra, Leandro Willer Pereira. (Orientação). II. Monteiro, Valdeir Soares. (Coorientação). IV. Título.

330 CDD (22.ed.)

JOSÉ GABRIEL ALVES DA SILVA MENEZES

**RELAÇÃO ENTRE OS CICLOS ELEITORAIS E OS GASTOS PÚBLICOS:
Evidências das teorias dos Ciclos Político Econômicos nos municípios de
Pernambuco entre 2012 e 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 26/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Leandro Willer Pereira Coimbra (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Roberta de Moraes Rocha (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Klebson Humberto Lucena Moura (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Josivanda Alves e Salacié Francisco, que possibilitaram toda a minha jornada educacional, me apoiando e sempre acreditando em meu potencial, são as pessoas que sempre estão dispostas a se sacrificar pelos meus sonhos.

A minha esposa, Carmem Gabrielle, que esteve presente em quase toda a minha jornada acadêmica e me incentivou nos momentos mais difíceis, auxiliando na rotina e no apoio emocional quando necessário.

Ao meu irmão, Carlos Henrique, por sempre me apoiar em momentos de dificuldade e ser um fiel amigo, muito paciente e calmo em todas as situações.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro Willer Pereira Coimbra, por me incluir nos projetos de pesquisa durante o curso e também pela paciência, dedicação e esforço.

E também aos profissionais que passaram pela minha carreira até o momento, me ouvindo e compartilhando suas experiências e ensinamentos.

E é real que incitam guerras pra vender as armas
Ocultam a verdade pra vender mentiras (dar as cartas)
Os ricos são os donos do estado
Que ainda são os filhos dos senhores de escravos
Que dizimaram os índios
Compraram os revolucionários ou mataram
(Don L, 2017).

RESUMO

As teorias dos Ciclos Político Econômicos permitem explicar os gastos públicos através de uma ótica política, sugerindo que os políticos utilizam de seu poder e influência para aumentar as suas chances de sucesso nas eleições. O objetivo principal deste trabalho é evidenciar esse comportamento a partir dos gastos públicos dos municípios de Pernambuco. A metodologia utilizada foi a de regressão de dados em painel em que se relacionou os gastos públicos municipais com os quatro anos do ciclo eleitoral municipal. Os dados foram obtidos através da base do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco de Dados do Estado de Pernambuco (BDE) para os anos de 2012 a 2021. Os resultados indicam um comportamento oportunista em relação as despesas públicas, como descrito pelas teorias dos Ciclos Político Econômicos, de acordo com os calendários eleitorais estadual e federal, e não em relação ao ciclo eleitoral municipal como esperado inicialmente.

Palavras-chave: Gastos Públicos municipais; Ciclos Político Econômicos; Dados em Painel.

ABSTRACT

The theories of Political Economic Cycles allow us to explain public spending through a political lens, suggesting that politicians use their power and influence to increase their chances of success in elections. The main objective of this work is to highlight this behavior based on the public spending of the municipalities of Pernambuco. The methodology used was panel data regression, which related municipal public spending with the four years of the municipal electoral cycle. The data were obtained through the database of the Brazilian Public Sector Accounting and Fiscal Information System (SICONFI), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and the State of Pernambuco Data Bank (BDE) for the years 2012 to 2021. The results indicate an opportunistic behavior in relation to public expenses as described by the theories of Political Economic Cycles, according to the state and federal electoral calendars, and not in relation to the municipal electoral cycle as initially expected.

Keywords: Municipal Public Spending; Economic Political Cycles; Panel Data.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1	DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS CICLOS POLÍTICO ECONÔMICOS.....	12
2.2	ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE OS CICLOS POLÍTICO ECONÔMICOS	20
3	METODOLOGIA	25
3.1	DADOS	26
3.2	MODELO DE REGRESSÃO.....	27
4	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	28
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
5.2	DISCUSSÕES	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos de política, estamos nos referindo às decisões tomadas pelos governos, como leis e regulamentações. Essas decisões políticas têm um grande impacto no ambiente econômico de um país, ou seja, a economia e a política estão bastante ligadas.

As políticas fiscais se referem às decisões sobre como o governo arrecada e gasta dinheiro. Se um governo decide aumentar os impostos para financiar projetos de infraestrutura, isso pode estimular o crescimento econômico, pois mais dinheiro circulará na economia. Por outro lado, se o governo decide reduzir os gastos públicos, isso pode levar a uma desaceleração econômica, pois menos dinheiro estará disponível para investimentos e consumo. De acordo com o estudo realizado por Divino e Silva Junior (2019) para identificar os efeitos da política fiscal sobre o crescimento da renda per capita dos municípios brasileiros no período de 1991-2000, os resultados apontaram para um efeito positivo de gastos públicos, como proporção da renda local, sobre o crescimento econômico municipal.

Já as políticas monetárias estão relacionadas ao controle da oferta de moeda e também à taxa de juros. Quando um governo decide reduzir a taxa de juros, por exemplo, isso pode incentivar os investimentos e o consumo, estimulando a economia. Por outro lado, se o governo decide aumentar a taxa de juros, isso pode desencorajar os investimentos e o consumo, levando a uma desaceleração econômica.

Uma boa gestão pública reúne muitas iniciativas e políticas de interesses comuns entre a população e o setor público. O objetivo geral de cada gestão, em teoria, deveria ser administrar com máxima eficiência os recursos públicos, além de promover ações de cidadania como a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento econômico e geração de empregos. Um dos valores primordiais para uma boa gestão pode ser considerado a transparência para com a sociedade.

O impacto dos gastos públicos reflete em alguns aspectos, os gastos em áreas prioritárias, como educação e saúde, podem ter um efeito multiplicador positivo na economia, enquanto gastos ineficientes podem gerar desperdício de recursos e prejudicar a confiança dos agentes econômicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000 foi promulgada em 4 de maio de 2000, com o objetivo principal de promover a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade das contas públicas no Brasil, além de evitar o endividamento excessivo dos da União, estados e municípios, garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.

A LRF define limites para gastos com pessoal, dívida pública e outras áreas, evitando que o município se endivida excessivamente. Assim, as prefeituras precisam divulgar receitas e gastos de forma clara para que a população possa acompanhar a aplicação dos recursos, além de prever mecanismos para que os cidadãos possam opinar sobre políticas e fiscalizar a gestão.

Contudo, ainda existem manobras políticas que podem favorecer os candidatos nos mais diversos níveis nos processos eleitorais, como o uso de emendas parlamentares, onde os recursos podem ser direcionados para obras e serviços em municípios e estados, o uso de programas sociais e a utilização da máquina pública, por meio da realização de obras e serviços nos períodos eleitorais, distribuição de cargos públicos ou até mesmo a utilização de recursos públicos para propagandas eleitorais.

Kalecki (1943) foi pioneiro ao contribuir com a literatura de CPE (ciclos político econômicos) e mostrou que os líderes econômicos possuem uma influência política desproporcional em relação ao restante da população.

A teoria dos ciclos políticos econômicos define que os políticos usam a manipulação de resultados macroeconômicos para aumentar as suas chances de eleição. Suas atuações impactam significativamente a sociedade, se manifestando através do nível de emprego, do nível de renda, de oscilações no mercado de trabalho, nas expectativas inflacionárias, no bem-estar social e até mesmo no nível de participação social da população na política (Nordhaus 1975; Hibbs 1977; Alesina 1987).

Através da literatura explicitada sobre a manipulação econômica realizada com o intuito de aumentar a chance de sucesso nas eleições, levanta-se um questionamento para o entendimento sobre a presença ou a correlação dos CPE com as eleições municipais no Brasil, especificamente nos municípios do estado de Pernambuco, será que é possível fazer essa associação?

O objetivo deste trabalho é investigar uma possível relação entre as eleições municipais e os gastos públicos municipais nas cidades de Pernambuco, de forma a evidenciar comportamento previsto pela teoria dos Ciclos Político Econômicos.

O trabalho está organizado em capítulos, sendo esta, a Introdução, seguida pela revisão de literatura sobre os Ciclos Político Econômicos. O terceiro capítulo corresponde à descrição da metodologia do trabalho. O quarto capítulo consiste na descrição dos dados utilizados; e no quinto, a discussão e análise de resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A teoria dos ciclos político-econômicos mostra que os partidos, ao conseguirem liderança política e, conseqüentemente econômica, usam políticas econômicas para manipular os votos eleitorais para permanecer no poder. Downs (1957) defende que os políticos desempenham sua função na sociedade para poder alcançar objetivos pessoais, como renda, poder e prestígio, assim, as políticas postas em prática tem por objetivo aumentar a quantidade de votos para permanência no poder, sem pensar nas conseqüências econômicas geradas na sociedade, a não ser que essas conseqüências influenciem nos votos.

Para Borsani (2003), as políticas mais utilizadas para aumento do crescimento econômico e diminuição da taxa de desemprego, a fim de gerar votos, são a expansão de gastos públicos e a emissão monetária. De acordo com as teorias de ciclos oportunistas, os partidos podem até tomar decisões contrárias à sua ideologia desde que a quantidade de votos seja aumentada com tal decisão (Araújo, 2010).

Os ciclos político-econômicos podem ser explicados através da teoria das expectativas adaptativas ou das expectativas racionais dos eleitores. De acordo com Martins (2002), a primeira considera que o público enxerga apenas as variáveis do passado para tomarem suas decisões de voto, os eleitores têm uma certa miopia até para analisar o passado, acabam olhando apenas um passado muito recente; enquanto a ótica das expectativas racionais, os ciclos político-econômicos são formados com os votantes considerando muitas variáveis atuais para formarem suas decisões de voto. Borsani (2003) mostra que quando os eleitores são racionais, os *'policymakers'* tem dificuldades em manipular as eleições, caso ocorra a manipulação, os efeitos serão menores quando comparados com os modelos de expectativas irracionais. Ambas as hipóteses ainda podem ser divididas entre as teorias partidárias e oportunistas.

2.1 DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS CICLOS POLÍTICO ECONÔMICOS

A partir das contribuições de Kalecki (1943), e de acordo com as pesquisas de DAL-RI (2016), pode-se observar que ciclos econômicos motivados por questões políticas tendem a ser sistemáticos em um sistema democrático capitalista, onde os candidatos buscam conquistar votos do eleitorado e influenciá-los. Segundo Nordhaus (1975), Kalecki (1943) foi o primeiro autor a explicitar os ciclos político-econômicos,

apontando que os líderes econômicos possuem uma influência política desproporcional em relação ao restante da população, sendo a própria natureza do sistema político a causa desses ciclos. Siqueira (2015, p. 24) também destaca que Kalecki vê a natureza não representativa do sistema político como a causa dos ciclos políticos.

Conforme Siqueira (2015), os ciclos político-econômicos são criados através da manipulação da curva de Phillips que relaciona desemprego e inflação, de acordo com Nordhaus (1975). Nessa visão, os políticos buscam atender às expectativas dos eleitores, que são considerados homogêneos, ou seja, sem divergências ideológicas ou partidárias. Assim, a redução do desemprego e da inflação são os benefícios percebidos pelos eleitores, que procuram maximizar sua utilidade através das políticas econômicas executadas pelo governo. Sendo assim, a decisão do voto é baseada naquilo que mais faz sentido para o indivíduo em termos de utilidade. Após as eleições, o político vencedor tende a aumentar a taxa de desemprego para atingir um nível de inflação menor, alterando assim as expectativas inflacionárias e fazendo a taxa de desemprego ser decrescente durante seu mandato, no período anterior às eleições, o político consegue ser reeleito caso a desutilidade marginal do desemprego seja maior que a desutilidade marginal da inflação para o eleitor representativo, esse é o modelo de ciclo oportunista tradicional.

Martins (2002) descreve que nos ciclos oportunistas tradicionais, os governos pensam apenas na maximização de seu apoio político e são comparados com empresas que focam apenas na maximização de seu lucro, desconsiderando o bem estar social que pode ser gerado através das políticas. O governo querendo ser reeleito, vai utilizar de todas as manobras macroeconômicas disponíveis.

Para que esse tipo de ciclo aconteça, Nordhaus (1975, apud Siqueira, 2015, p.25) definiu três premissas, são elas: 1) Que as eleições ocorram periodicamente, de modo competitivo; 2) Que o governo tenha razoáveis ferramentas para conduzir uma política na direção desejada; e 3) Que a função do voto seja míope, no sentido que os eleitores tenham apenas uma visão de curtíssimo prazo.

Nordhaus (1975) define que, devido a miopia dos eleitores, os ciclos políticos fazem com que a taxa social de retorno seja maior nos investimentos públicos, em comparação com os investimentos privados, ele também ressalta uma possível relação positiva entre o investimento público e os interesses oportunistas dos políticos.

Em análises empreendidas por Nordhaus (1975) em diversos países, constataram-se que o ciclo político-econômico é um fator importante no funcionamento de algumas economias ou no mínimo se tem uma coincidência muito marcada. Aquele autor aponta que quanto mais uma economia é planejada, menor é o poder de atuação do governo no trade-off inflação versus desemprego (menos flexível), ao passo que em países com processo democrático questionável e baixo planejamento, a capacidade do gestor atuar no trade-off é bastante elevada. (Macedo, 2022, p. 25)

Uma das principais críticas a esse modelo oportunista tradicional, ou irracional, vem de Drazen (2000b), citado por Bittencourt (2002), no modelo, os votantes são ingênuos por não terem a expectativa correta em relação à inflação e por não conseguirem enxergar e avaliar por conta própria a performance do governo. Drazen argumenta que qualquer eleitor que passasse por um ciclo eleitoral descrito por Nordhaus iria aprender e entender a manipulação de caráter oportunista.

Diferente de Nordhaus (1975), Downs (1957) incluiu em seu modelo a teoria das expectativas racionais. O eleitor se comporta racionalmente e suas preferências são mais focadas no partido que se encontra no poder. MacRae (1977) também considera o pensamento estratégico e racional do eleitor em relação às suas preferências de inflação e desemprego, assim, o partido pode optar por um ponto ótimo desse *trade off* no curto prazo que irá minimizar a perda de votos.

Para Preussler & Portugal (2002) nos ciclos oportunistas racionais, os eleitores conseguem perceber quando um ciclo político surge devido à certas políticas econômicas, assim, o oportunismo político pode ser visto pelos eleitores, para que sejam “punidos nas próximas eleições” com votos para o partido oponente. Contudo, Conforme Martins (2002), quando ocorre um ciclo oportunista racional, o governo aumenta o crescimento em períodos de votação, aumentando a inflação, deixando acima da esperada e devido à assimetria de informação, os políticos ainda possuem incentivo em manipular os recursos públicos ao seu favor antes e durante o seu mandato.

De acordo com Preussler (2001), o modelo Oportunista com Expectativas Racionais descrito por Persson e Tabellini (1990) inclui uma curva de Phillips que mostra a competência de cada político, devido a assimetria de informações, os políticos melhoraram seus resultados macroeconômicos para mostrar maior, e assim são criados os ciclos econômicos. Neste modelo, desenvolvido através de uma ótica

keynesiana, onde os preços não são totalmente flexíveis, os políticos que tentarem se mostrar competentes, irão tentar diminuir o desemprego além da taxa natural para a economia, sem elevar os preços através de política monetária, porém, apenas os políticos realmente competentes irão conseguir. A competência dos partidos é uma informação privada e só os próprios políticos tem ciência dela, assim, os votantes criam suas expectativas de inflação a partir de uma média da inflação elevada para o político competente e de baixa para o político incompetente. Os políticos competentes também irão mostrar preocupação e boa vontade em incluir o bem estar social como um de seus objetivos enquanto estiverem no mandato. Os votantes conseguem identificar a taxa de crescimento do produto imediatamente, mas não a variação de preços, o que é de difícil aceitação. A conclusão que o modelo trás é que os políticos competentes trazem maior instabilidade econômica, já os incompetentes, maior estabilidade.

De acordo com Alesina (1987) citada em Bittencourt (2002), os governos de esquerda são mais propensos a ter um índice de desemprego mais baixo e um nível de produto mais alto temporariamente, em relação aos seus valores naturais, provavelmente desaparecendo na segunda metade do mandato, segundo a autora, mas os governos de esquerda ainda tendem a manter a inflação alta.

De acordo com Preussler (2001), os ciclos oportunistas não diferenciam as ideologias políticas e os políticos tem como motivação apenas a permanência no poder, sendo assim, escolhas de políticas econômicas são feitas a partir dessa motivação. Porém, os partidos representam indivíduos que compactuam de mesmas preferências e interesses e através disso, é possível que as ideologias tenham impactos na maneira como cada política econômica é alocada enquanto o partido estiver no poder. Através dessa hipótese os ciclos político-econômicos chamados de modelos partidários são desenvolvidos, eles podem ser observados tanto pela ótica da teoria de expectativas adaptativas quanto pela teoria de expectativas racionais.

Sob a ótica da teoria das expectativas adaptativas, assim como nos modelos oportunistas tradicionais, nos ciclos partidários tradicionais os eleitores possuem memória curta em relação às decisões e não enxergam os reais interesses do partido.

Martins (2002) destaca que nos ciclos partidários, os eleitores são heterogêneos, existindo dois círculos eleitorais de ideologias partidárias diferentes. O resultado das eleições dependerá da distribuição das preferências entre os eleitores e das condições econômicas do período eleitoral.

De acordo com Hibbs (1977), citado por Siqueira (2015), no modelo partidário tradicional, os partidos de esquerda são representados por classes trabalhadoras e preferem um nível de desemprego mais baixo ao invés de priorizar o controle dos preços e a inflação, inversamente, os partidos de direita são constituídos por representantes de classes com maior concentração de riqueza e renda e tendem a optar por políticas que melhorem os preços e controlem a inflação, aceitando um nível de desemprego maior, conclui-se que os governos utilizam as variáveis macroeconômicas para satisfazer seus próprios interesses e também os de seu círculo eleitoral político.

Hibbs (1977) elaborou o modelo empírico dos ciclos político econômicos partidários tradicionais, também chamados de irracionais, sob uma ótica keynesiana, e Borsani (2003) definiu algumas premissas para que ocorram:

“As premissas do modelo partidário de Hibbs correspondem às premissas da teoria keynesiana: uma inter-relação constante a longo prazo entre inflação e desemprego (exemplificado na famosa “curva de Phillips”) como uma relação estável e previsível pelos governantes. De acordo com a teoria de Keynes, a demanda agregada determinava o nível de atividade econômica. Os governantes teriam a capacidade de manipular os níveis de demanda interna, através de estímulos fiscais ou monetários, para dinamizar a atividade econômica e obter pleno emprego” (Borsani, 2003: 74-5).

Assim como Nordhaus (1975), Hibbs (1977) também considera um trade off entre inflação e desemprego, porém, no ciclo partidário, os eleitores passam a votar e tentar aumentar sua utilidade escolhendo políticos de acordo com suas ideologias.

De acordo com Hibbs (1977), em seu estudo empírico na Grã-Bretanha e Estados Unidos, no período pós guerra, ao observar a implantação das políticas macroeconômicas, viu que quanto mais variar as preferências dos votantes nas eleições, mais a economia terá flutuações, quanto maior for o contraste das preferências dos votantes em relação ao partido no poder, maior é o custo de instabilidade econômica à ser pago.

Fialho (1999) mostra que Beck (1982) discorda de Hibbs ao considerar que os partidos não são as melhores variáveis para explicar as mudanças de preferências das políticas macroeconômicas, considerando também coalizões sociais em diferentes épocas, argumenta que o mesmo partido pode ter comportamentos diferentes de acordo com suas alianças e suas prioridades, que podem vir a gerar impactos nas variáveis macroeconômicas, diferente do que defende o modelo de

Hibbs (1977). Beck também argumenta que Hibbs negligenciou em seu modelo, a importância do setor privado (que age de forma racional) na economia, visto que esse setor tem enorme importância e influência, podendo estabelecer imposições sobre as políticas que serão implementadas.

Frey (1978) citado em Preussler (2001) formula seu modelo numa perspectiva de que os partidos possuem um índice de popularidade, esses partidos tem para si um índice mínimo e confiável para que consigam ganhar as eleições, quando o índice de popularidade está acima desse parâmetro, o partido tende a implementar políticas econômicas que vão de acordo com sua ideologia partidária, caso contrário, se o índice estiver abaixo, o partido irá estabelecer as políticas de forma oportunista, focadas na melhoria econômica.

Martins (2002) destaca que Alesina (1987) discorda da miopia política por parte dos eleitores nos modelos irracionais e adicionou a teoria das expectativas racionais ao modelo de ciclos político econômicos partidários. Agora os votantes possuem o máximo de informações de diversas fontes e vão usá-las para decidir em qual partido irão votar, o resultado das eleições é marcado pela incerteza em qualquer processo eleitoral justo, mas a distribuição de probabilidade das preferências é conhecida por todos, permitindo cálculos de previsão para saber qual partido tem mais chance de vencer.

As informações referentes aos partidos e políticos do passado são totalmente irrelevantes nesse modelo, mas Alesina e Rosenthal (1995), citados por Preussler (2001) elaboraram um modelo que inclui a hipótese de eleitores racionais votando retrospectivamente nesse modelo.

O modelo é descrito por uma curva de Phillips com inflação, crescimento e com as expectativas, a curva de Phillips representa os salários reais, o crescimento real do produto está inversamente relacionado ao crescimento de salários reais, não são considerados o capital de produtividade nem o capital físico. Independente do partido que vencer, os dois terão como variável estratégica a inflação, as possíveis políticas dos partidos são conhecidas por todos, os partidos e os votantes conhecem a inflação proporcionada pelo partido de esquerda e também do partido de direita, porém, eles possuem preferência positiva por crescimento. Quanto maior for o desvio de ideologias no processo eleitoral, maior serão as instabilidades econômicas pós eleitorais geradas pelas expectativas de inflação proporcionada esperada por cada partido sendo ele de esquerda ou de direita.

De acordo com Preussler (2001), o modelo de Alesina (1988) argumenta que os salários são pré-estabelecidos no período de um ano pelos partidos que estão concorrendo à eleição e os empregados irão negociar com seus empregadores o salário nominal futuro, de acordo com as expectativas de vitória de qualquer que seja o partido, esquerdista ou de direita, com objetivo de aumentarem seu poder de compra. Se tratam de especulações, pois o resultado das eleições justas é incerto, então qualquer que seja o partido vencedor, os agentes econômicos serão surpreendidos. As políticas econômicas têm maiores efeitos reais se os agentes racionais forem surpreendidos.

As funções de objetivos dos partidos que estão concorrendo, são representadas por funções de custo no modelo, como o foco do partido de esquerda é o crescimento do produto, caso o produto não cresça ou haja uma diminuição no nível do produto, o partido terá um custo adicional, o partido de direita que estiver concorrendo não irá desejar ter nenhuma surpresa inflacionária, se a meta de inflação não estiver dentro do esperado, será gerado um custo adicional ao partido. Seu modelo descreve o partido vencedor com poder sobre as variáveis macroeconômicas e qualquer partido que vencer, irá instaurar sua ideologia com objetivo de atingir a inflação esperada e reduzir sua função de custo. As expectativas sobre os salários nominais no período pré-eleitoral são baseadas nas taxas de inflação esperadas pelos partidos ponderadas pelas chances de vitória de cada partido. Preussler (2001).

Gobbi (2011) cita que o modelo partidário racional não pode se aplicar a realidade Brasileira, já que nosso sistema é pluripartidário e ele foi testado em nos Estados Unidos, num sistema bipartidários, sendo um de direita e o outro de esquerda.

Alesina e Tabellini (1990) citados em Junior, Cançado e Shikida (2007) remetem a causa dos ciclos político partidários serem gerados ao fato de que o policymaker atual, quando está no poder e através da distribuição de probabilidade sabe que não vai ganhar, expande a dívida pública com intenção de prejudicar o mandato do policymaker futuro, atrapalhando o planejamento e evitando que o partido ganhador instaure sua ideologia imediatamente, após a vitória.

Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) formularam a teoria dos ciclos políticos orçamentários e, de acordo com Preussler (2001), discordam da perspectiva keynesiana, descrevendo a manipulação política nos períodos de eleição através de políticas fiscais. Neste modelo, os partidos reduzem os tributos e tendem a aumentar

o gasto público em projetos de maior percepção pelos votantes, gerando efeito direto no resultado das eleições, a favor do partido.

Assim como no modelo de Persson e Tabellini (1990), existe a assimetria de informação em relação a competência de cada partido, de forma que ao aumentar os gastos com os bens públicos, os partidos demonstram maior competência, aumentando assim a utilidade dos votantes. Contudo, não significa que irão ser mais eficientes em suas gestões, considerando que o político pode desaprender a administrar ou a não resistir a corrupção e desviar recursos públicos e em certos casos pode melhorar sua administração, melhorando assim sua utilidade, sua competência e também sua eficiência (Preussler, 2001).

Além de manipularem os recursos, para Araujo (2010), no caso Brasileiro, o choque de competência ocorre quando em determinado momento antes das eleições os políticos demonstram uma competência absurda para gerar expectativa nos eleitores, depois que as eleições passam, as limitações de competência são postergadas para o período de mandato e voltam a ser mostradas estrategicamente nas próximas eleições.

Preussler (2001) chega à conclusão de que em uma realidade com assimetria de informação, apenas os políticos competentes conseguem diminuir os impostos antes das eleições e mostrar seu tipo. Como os políticos sem competência não tem essa capacidade, os ciclos orçamentários só podem ser originados por partidos ou políticos competentes.

Rogoff (1990) sugere que os ciclos políticos orçamentários possam ser aliviados com a realização de modificações constitucionais que restrinjam o uso dos instrumentos de política fiscal nos anos de eleição, como a adoção de planos orçamentários bienais. Outra proposta apresentada, diz respeito à mudança na estrutura eleitoral. O autor propõe que as eleições não sejam estabelecidas exogenamente. Ao invés disso, acredita que deva haver um sistema no qual o governante pode convocar as eleições antes do final do mandato, a exemplo do que acontece em países como Japão, Canadá e Reino Unido. (Preussler, 2001, p. 36)

Para Siqueira (2015) se existissem formas de passar as informações com maior clareza e transparência para os votantes de maneira em que o custo médio para ter essas informações fossem acessíveis, não teria como existir os ciclos orçamentários.

Com o intuito de criar uma solução para que o ciclo político orçamentário não ocorra, Drazen (2000, apud Preussler, 2001, p.36) elaborou um modelo onde uma autoridade monetária independente com autonomia para realizar as políticas monetárias, os eleitores são classificados como heterogêneos, a utilidade de cada aglomerado de eleitores agora se torna diferente. O autor destaca que as políticas monetárias podem alterar a utilidade de todos os agentes, já as fiscais, alteram essa utilidade de maneira parcial. Neste modelo, definido como AFPM (Active Fiscal – Passive Monetary), como o governo não tem autoridade sobre os aglomerados macroeconômicos, não pode manipular com políticas monetárias as utilidades dos eleitores no período anterior às eleições, e se caso tente manipular, através de expansão fiscal, vai causar choques na demanda agregada e conseqüentemente na demanda por moeda, o governo força o banco central a aumentar a taxa de juros, como forma de diminuir a instabilidade, podendo até exercer certo tipo de autoridade, mas como não foi o político ou partido que tomou a decisão, a política não teria impacto direto no aumento de votos.

2.2 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE OS CICLOS POLÍTICO ECONÔMICOS

Fialho(1999) cita Galenson (1959), DeSchweinitz(1959), Huntington(1968), Huntington e Dominguez (1975), Marsh (1979), Rao (1984) como autores que sugerem que existe uma relação negativa entre democracia e crescimento econômico, as pressões populares fazem acontecer políticas distributivas que não condizem com as taxas de investimentos necessárias para gerar um crescimento rápido, a tranquilidade social e política que geralmente são impostas pelos regimes autoritários agem a favor para uma sociedade acumular capital mais rapidamente e crescer economicamente, seja por meio de investimentos do exterior ou por aumentar a poupança interna forçadamente.

Paiva (1994) citado por Fialho (1999) mostra evidências empíricas que o preço da gasolina foi reajustado abaixo da taxa de inflação na maioria dos anos eleitorais, em nove de dez anos sem eleições do período analisado (1964-1984) o reajuste do preço foi acima da inflação. Os resultados sugerem que existe um incentivo eleitoral para que o governo abaixe o preço das Gasolina nos períodos anteriores à eleição e aumentem quando o período eleitoral está longe, essa evidência sugere que existe

um ciclo político sobre a formação de preços nos mercados regulados no Brasil, em especial o preço da Gasolina.

Gobbi (2011) cita Borsani (2003) que realizou uma teste empírico para os países latino-americanos que buscou relacionar a ideologia partidária e resultados macroeconômicos entre 1979 e 1998, teve a conclusão de que a taxa de desemprego quando um partido de esquerda estava no poder era menor do que quando partidos de direita governaram, comprovando o estudo de Hibbs.

Gonzalez (1999) citado em Gobbi(2011) realizou um trabalho relacionando o nível da democracia nos países e os ciclos políticos, abordou 43 países entre 1950 e 1997, concluiu que quando um país tem democracia de baixo nível, não existem evidências de ciclos políticos, quando o nível de democracia é alto, existe transparência, assim, os eleitores conhecem as competências dos políticos e quando o nível de democracia é intermediário, a presença de ciclos políticos é muito forte.

Sakurai (2005) cita o trabalho de Petterson-Lidbom (2001) que testou a presença do modelo racional oportunista, explicando até que ponto os eleitores usam a expectativa racional para avaliar corretamente os candidatos, constataram evidências de ciclos políticos na Suécia, entre 1974 e 1998, país que possui eleições parecidas com as do Brasil, de 4 em 4 anos, encontraram evidências de ciclos políticos racionais nessas eleições, principalmente em relação a variável de despesa, comprovando também que os choques de competência influenciam a possibilidade de reeleição do político no poder.

Preussler e Portugal (2003) citam um estudo de Filho (1997) onde foi analisado o período de 1950 até 1995, foram encontradas evidências de ciclos políticos para as variáveis de emissão de moeda e produto real bruto, através de políticas de expansão monetária.

Bonomo e Terra (1999) citados por Preussler e Portugal (2003) e em Gobbi (2011), realizaram um estudo sobre a política cambial brasileira entre 1964 e 1997, constatou-se que a taxa de câmbio tem tendência a ser valorizada antes das eleições e desvalorizada depois do processo eleitoral, os resultados mostram que os ciclos foram mais intensos em regime de democracia do que na época ditatorial.

Blanco(2000a, b e c), citado por Bittencourt (2002) realizou um trabalho nos estados brasileiros entre 1985 e 1997 e constatou empiricamente que os gastos do governo podem aumentar em até 15% nas épocas eleitorais.

Sakurai e Gremaud (2007) citados em Araújo e Filho (2010) também estudaram como os gastos públicos se comportam nos períodos de eleições nos municípios paulistas brasileiros entre 1989 e 2001, comprovaram também a existência de influência eleitoral sob a variável.

Schuknecht (1996) citado em Siqueira (2015) realiza um estudo em 35 países subdesenvolvidos entre 1970 e 1998, concluindo que há maior probabilidade de manipulação em países deste tipo, também mostram que políticas de gastos para benefícios dos votantes é mais eficaz do que desonerações quando se trata de influenciar a decisão de voto.

De acordo com o estudo de Preussler e Portugal (2003), Siqueira (2015) afirma:

Os resultados confirmam a hipótese de oportunismo político com relação à taxa de inflação e gastos totais do governo federal, descartando a hipótese para a taxa de desemprego, crescimento do PIB e os demais instrumentos de política fiscal. Como os dados utilizados para estimação foram contabilizados pelo critério de caixa, há um efeito defasado que deve ser considerado, uma vez que há um intervalo considerável entre empenho, liquidação e pagamento, sendo que as eleições podem estar entre essas etapas. Ao constatarem que houve um aumento da despesa total nos 8 meses que sucedem as eleições, os autores concluíram que os governantes empenharam suas despesas antes da votação, postergando seu pagamento para o mandato seguinte. A Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída para coibir esse tipo de comportamento, indica que essa prática era comum na administração pública, reforçando, assim, a conclusão do estudo empírico. (Siqueira, 2015, p. 32)

Sakurai e Gremaud (2004) citados em Siqueira (2015) observaram o comportamento fiscal dos municípios de São Paulo em dois fatores específicos: o calendário eleitoral e os partidos dos respectivos prefeitos municipais entre 1989 e 2001, constatou-se nos anos de 1992 à 1996 nos períodos anterior às eleições que o PFL é o partido que mais investe e o PTB, PPB/PDS e PMBD são os que mais aplicam recursos em transferências correntes.

Sakurai e Menezes-Filho (2011) citados em Siqueira (2015) analisam uma base de dados de municípios brasileiros entre 1989 e 2005, conclui-se empiricamente que no Brasil, a nível municipal, os políticos se comportam de forma oportunista quando estão no poder e foi identificado o viés partidário nas conduções de políticas fiscais.

Para Vergne (2009) citado em Siqueira (2015) os ciclos eleitorais parecem ser constatados de maneira mais acentuada em países que foram democratizados a pouco tempo, o autor analisou 42 países em desenvolvimento no período de 1975 a 2001, encontrou evidências de impactos eleitorais sobre os gastos públicos. Em anos de eleição, as despesas são realocadas para despesas correntes de maior visibilidade como salários e subsídios ao invés de despesas de capital.

Carvalho e Oliveira (2009) citados em Macedo (2022) observaram o comportamento das prefeituras do Rio de Janeiro entre 1998 e 2006, focaram em avaliar o comportamento em ciclos nos gastos e a sua relação com o período eleitoral, concluíram que existem evidências relevantes em que aumentaram as despesas de pessoal e encargos e assistência previdenciária entre 2004 e 2006, para eles, os partidos de esquerda gastam mais em investimentos e nas despesas com agricultura, habitação e urbanismo e previdência e assistência e menos em despesas correntes do que os partidos de direita. Constataram também que após a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, os gestores públicos tomaram posturas diferentes, isso alterou a condução da política fiscal.

Sakurai (2009) citado por Barrêto de Queiroz, Morais, Silva Ferreira de Souza e Rebouças da Silva (2019) realizou um trabalho de investigação para comprovar a existência dos ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias dos municípios do Brasil entre 1990 e 2005. Concluiu-se que os ciclos eleitorais são constatados mais expressivamente em funções como saúde, saneamento, assistência e previdência (variação aumentativa), habitação e urbanismo e transportes (variação diminutiva).

Avarte, Mendes e Rocha (2010) citado em Barrêto de Queiroz, Morais, Silva Ferreira de Souza e Rebouças da Silva (2019), ao avaliarem as eleições de 2732 municípios brasileiros para definir as preferências de comportamentos fiscais conservadores ou expansionistas no período de eleição. Foi constatado que os eleitores Brasileiros têm preferência por gestores municipais que aumentam os gastos públicos anteriormente ao período eleitoral.

Pedro, Vasconcelos e Cinthia (2021) realizaram um estudo com o intuito de identificar se as eleições municipais influenciaram de alguma forma a execução de orçamentos municipais nas cidades mineiras, conclui - se que em geral, os gastos com obras, instalações, saúde e educação aumentam no período eleitoral em comparação com o os anos pré - eleitorais e ao analisarem os anos pós eleições o nível de gastos é reduzido, indicando uma recomposição, os autores destacam que o

resultado corrobora com a teoria de Nordhaus (1975), confirmando a existência de ciclos políticos nos municípios de Minas Gerais.

De acordo com o estudo realizado por Crispim, Flach, Alberton e Ferreira (2021) com o intuito de identificar o comportamento das despesas empenhadas, dos investimentos, captação de empréstimos de municípios brasileiros com mais de cinquenta mil habitantes e também se esses municípios cumprem as exigências legais de fonte e limite dos recursos orçamentários, foi identificado que os gastos com investimentos e os empréstimos de recursos financeiros tem relação positiva com os períodos de eleição, principalmente quando identificada a igualdade partidária dos governos estaduais e municipais, candidatos à reeleição.

3 METODOLOGIA

A investigação se qualifica como exploratória e descritiva, sendo uma ferramenta crucial para desvendar os mecanismos complexos que governam a interação entre política e economia nos municípios de Pernambuco.

Foram utilizados dados secundários obtidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco de Dados do Estado de Pernambuco (BDE) que serviram de base para a análise estatística e econométrica da pesquisa. O recorte temporal se refere aos anos de 2012-2022.

O estudo foi realizado através da metodologia de Dados em Painel, também conhecida como dados longitudinais, que combina informações e permite analisar as mudanças e relações dentro entre várias unidades de corte transversal (municípios), ao longo de múltiplos períodos de tempo, oferecendo uma visão mais completa e dinâmica do fenômeno em estudo (Loureiro e Costa, 2019). Uma questão crucial na estimação desses modelos é a escolha entre efeitos fixos e efeitos aleatórios.

Os Efeitos fixos (EF) capturam características inobserváveis e específicas de cada unidade (municípios), controlando por sua heterogeneidade. Já os efeitos aleatórios (EA) assumem que essas características variam aleatoriamente entre as unidades, seguindo uma distribuição probabilística. No modelo de efeitos fixos, o intercepto, a , é absorvido pelo efeito fixo específico do indivíduo.

Seja a Equação 1, um modelo de efeitos fixos:

$$Y_{it} = \beta X_{it} + c_i + u_{it} \quad (1)$$

Já a Equação 2, um modelo de efeitos aleatórios:

$$Y_{it} = a + \beta X_{it} + u_{it} \quad (2)$$

Onde Y_{it} é a variável dependente, X_{it} é o vetor de variáveis independentes, β é o vetor de coeficientes das variáveis independentes, c_i é o efeito fixo específico do indivíduo, e u_{it} é o termo de erro.

A diferença entre os modelos está principalmente nos efeitos específicos dos indivíduos (c_i), onde no modelo de efeitos fixos essas diferenças são consideradas constantes, enquanto no modelo de efeitos aleatórios, elas são consideradas variáveis aleatórias. No modelo de efeitos aleatórios, o efeito aleatório individual (c_i) é absorvido pelo do termo de erro (u_{it}).

3.1 DADOS

Foi realizada a coleta e a manipulação dos dados para criar as variáveis necessárias para a pesquisa. A tabela 1 apresenta como foram construídas as variáveis utilizadas no modelo:

Tabela 1. Descrição das variáveis utilizadas no modelo

Variáveis	Descrição das Variáveis	Fonte
<i>GastoPublicoPerCapita</i>	Despesas públicas municipais reais empenhadas dividida pela população municipal dos respectivos anos da pesquisa, valores deflacionados pelo IPCA tendo como base o ano de 2022.	SICONFI
<i>ano1</i>	Primeiro ano de mandato do ciclo eleitoral, considerando o calendário de eleições municipais	IBGE
<i>ano2</i>	Segundo ano de mandato do ciclo eleitoral, considerando o calendário de eleições municipais	IBGE
<i>ano3</i>	Terceiro ano de mandato do ciclo eleitoral, considerando o calendário de eleições municipais	IBGE
<i>ano4</i>	Quarto ano de mandato do ciclo eleitoral, considerando o calendário de eleições municipais	IBGE
<i>PIB_capita</i>	PIB real dos municípios de Pernambuco dividido pela população municipal dos respectivos anos da pesquisa, valores deflacionados pelo IPCA tendo como base o ano de 2022.	BDE

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

As despesas empenhadas per capita dos municípios de Pernambuco para os anos de 2012 a 2022 foram extraídas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Foi realizada uma deflação para o ano base de 2022 (último ano de análise), utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA) acumulado dos últimos 12 meses de cada ano, disponibilizado pelo IBGE em 2024.

Posteriormente foi efetuada a divisão das despesas correntes empenhadas de cada município Pernambucano pelo número de habitantes de cada cidade, informados na base do FINBRA, extraídos da mesma base do (SINCONFI).

As Variáveis *dummies* do ciclo eleitoral, que indicam o ano do mandato do gestor municipal, foram elaboradas a partir de dados do IBGE, que mostram em quais anos ocorreram as eleições municipais.

Os dados do Produto Interno Bruto a Preços Correntes (em 1000 reais) dos municípios foram extraídos do Banco de Dados do Estado de Pernambuco (BDE). Foi realizado o mesmo processo de deflacionamento utilizado para as despesas empenhadas, assim como a divisão pelo tamanho da população. Além disso, os dados referente ao PIB dos municípios são restritos até o ano de 2021.

3.2 MODELO DE REGRESSÃO

Foi estimado, através da metodologia de dados em painel, o modelo da Equação 3, que Busca entender se nos municípios de Pernambuco existe a presença de CPE (Ciclos Político Econômicos)

$$\begin{aligned} \log(Empop_{it}) & \qquad \qquad \qquad (3) \\ & = \beta_{1it}ano1_{it} + \beta_{2it}ano2_{it} + \beta_{3it}ano3_{it} \\ & + \log(\beta_{5it}Pibcapita_{it}) + c_i + u_i \end{aligned}$$

Os subscritos *i* e *t* identificam os municípios de Pernambuco e os períodos (cada ano observado entre 2012 e 2020), respectivamente.

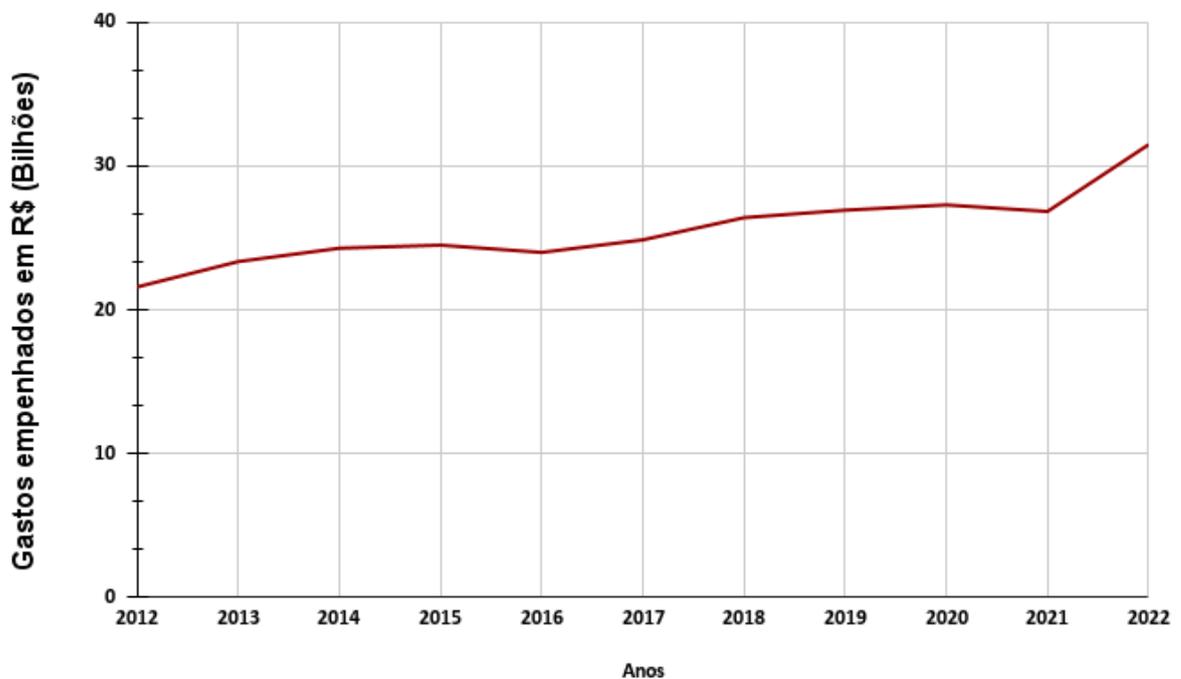
Além disso, foi utilizada a transformação logarítmica nas variáveis “GastoPublicoPerCapita” e “Pib_capita”, para suavizar possíveis problemas de heteroscedasticidade, linearizar relações entre as variáveis e minimizar a influência de outliers, ou seja, os valores que se desviam muito da média.

Esperava-se que as variáveis *dummies* “ano1”, “ano2” e “ano3” fossem negativas, apresentando relação menor de gastos, em relação ao quarto ano de mandato, variável “ano4”, em que ocorrem as eleições municipais, pois o comportamento oportunista, por parte dos partidos, é evidenciado no aumento dos gastos públicos, de acordo com a maioria das teorias de ciclos políticos.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A Figura 1 mostra a evolução total dos gastos públicos municipais reais empenhados e agregados dos municípios de Pernambuco, através de uma soma para os municípios em cada ano, desde 2012 a 2022, é possível identificar uma tendência crescente no período. Dois períodos tiveram decréscimo no volume total de gastos. No ano de 2015 acompanhando o PIB do estado, que sofreu retração de 3,5% sendo o pior resultado desde o ano de 1988, cujo a retração foi de 4,5%. Entre 2020 e 2021, o país inteiro foi afetado pela pandemia da COVID-19.

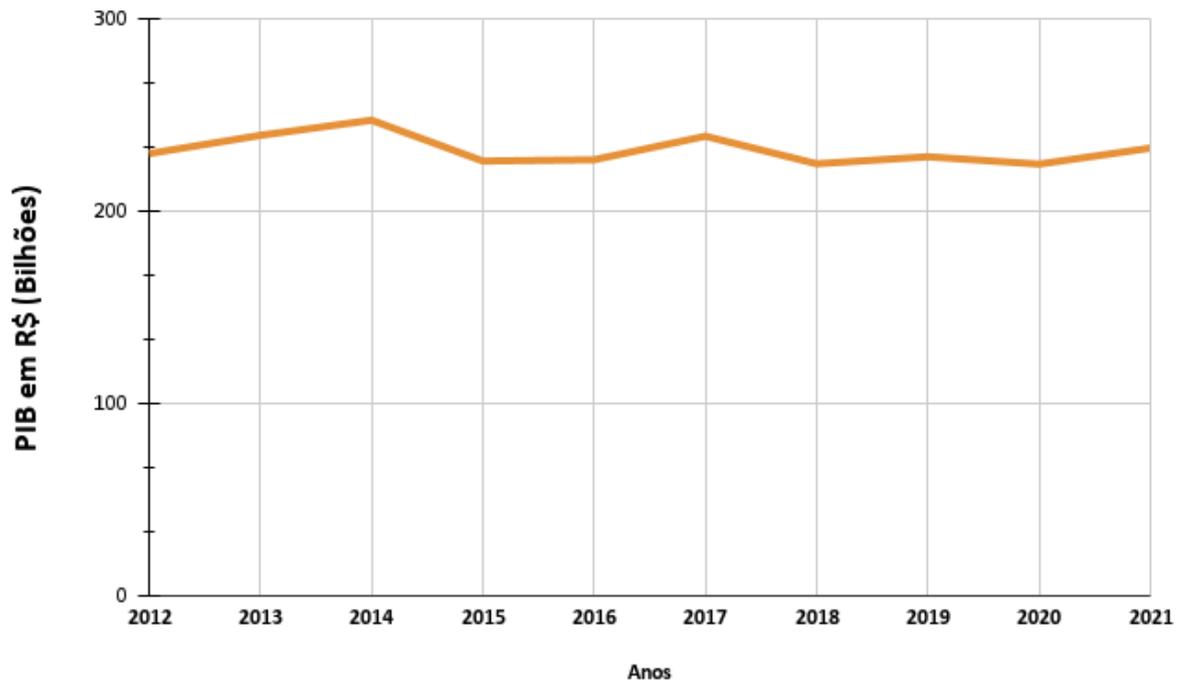
Figura 1. Gastos públicos municipais reais empenhados e agregados dos municípios de Pernambuco, 2012 a 2022 (Base = IPCA de 2022)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024) a partir de dados do SICONFI (2024)

A Figura 2 mostra o PIB real anual, deflacionado a preços de 2022 e agregado dos municípios de Pernambuco. Nota-se que durante 2012 e 2014, a economia de Pernambuco estava em crescimento, com um aumento na atividade econômica. Entre 2015 e 2016 ocorreu uma queda na atividade econômica, refletindo a crise econômica que afetou todo o Brasil. Em 2020 a pandemia de COVID-19 impactou a economia, causando uma queda na atividade econômica, mas, considerando o PIB real dos municípios, entre 2020 e 2022 houve uma recuperação na atividade econômica, embora a inflação tenha aumentado significativamente, com o IPCA atingindo 7,54% em 2022.

Figura 2. PIB real agregado para os municípios de Pernambuco, 2012 a 2021 (Base = IPCA de 2022)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024) a partir de dados do SICONFI (2024)

Ao realizar uma média dos gastos empenhados absolutos de todos os municípios no período analisado, é possível criar um ranking para observar os que mais tiveram despesas empenhadas e também os que menos tiveram, como mostram as Tabelas 2 e 3.

Tabela 2. Municípios Pernambucanos com maiores gastos públicos (Valores absolutos)

Municípios	R\$ (Milhões)
Recife	5.542,4
Jaboatão dos Guararapes	1.428,2
Ipojuca	858,5
Caruaru	841,9
Cabo de Santo Agostinho	780,3

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 3. Municípios Pernambucanos com menores gastos públicos (Valores absolutos)

Municípios	R\$ (Milhões)
Ingazeira	21,3
Terezinha	25,8
Brejinho	26,0
Calumbi	26,2
Solidão	26,9

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Recife, com 5 Bilhões e meio de reais, é o município que mais teve despesas empenhadas no período analisado, seguido de Jaboatão, Ipojuca, Caruaru e Cabo de Santo Agostinho. Ao observar os municípios que menos gastam em valores absolutos, temos Ingazeira como o primeiro, seguido de Terezinha, Brejinho, Calumbi e Solidão.

O ranking dos municípios que mais gastam e dos que menos gastam tem

uma mudança significativa em comparação com os gastos absolutos, considerando a média dos gastos per capita.

É possível perceber que o município de Ipojuca fica em primeiro lugar, seguido de Itacuruba, Ingazeira, Calumbi e Solidão. Um fato curioso é que Ingazeira, Calumbi e Solidão estão ranqueados tanto como os que menos gastam em valores absolutos quanto os que mais gastam em valores per capita, os três municípios estão localizados na mesorregião do Sertão Pernambucano, o ranking é apresentado na Tabela 4.

Em um ranking com os municípios que menos possuem gastos per capita, tem-se São Lourenço da Mata em primeiro, seguido de Paulista, Abreu e Lima, Camaragibe e posteriormente Santa Cruz do Capibaribe, conforme a Tabela 5.

Tabela 4. Municípios Pernambucanos com maiores gastos públicos (Valores per capita)

Municípios	R\$ (Reais)
Ipojuca	9.294
Itacuruba	6.863
Ingazeira	4.692
Calumbi	4.567
Solidão	4.518

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 5. Municípios Pernambucanos com menores gastos públicos (Valores per capita)

Municípios	R\$ (Reais)
São Lourenço da Mata	1.811
Paulista	1.826
Abreu e Lima	1.829
Camaragibe	1.879
Santa Cruz do Capibaribe	1.887

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A Tabela 6 foi elaborada através do pacote estatístico “summarytools”, contendo um resumo descritivo da base de dados.

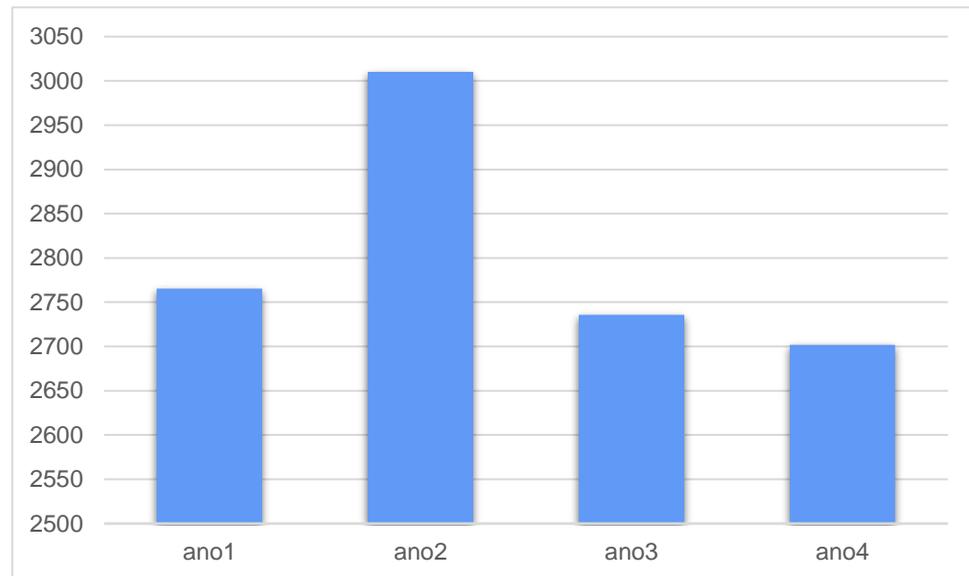
Tabela 6. Resumo estatístico da base de dados.

	População	GastoPublicoPerCapita	Pib	Gastos
Média	51.255,8	2.964,8	1.263.536	141.141.526,6
Desv. Padrão	137.836,7	899,6	5.525.602,9	437.719.818,5
Min	4.475	1.152,6	44.812,4	6.849.679
Max	1.661.017	11.120	80.568.305,2	6.025.995.253

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

A Figura 3 mostra uma média das despesas reais empenhadas per capita (GastoPublicoPerCapita) para o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano do ciclo eleitoral municipal. Nota-se que os gastos no segundo ano de mandato são maiores, em relação aos demais. O quarto ano de mandato apresenta a menor média de gastos, como mostra a Figura 3.

Figura 3. Média de gastos públicos per capita para cada ano do ciclo eleitoral para os municípios de Pernambuco



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

A análise descritiva ajudou a entender como as Economias Locais de Pernambuco se comportaram durante os anos de análise. Os anos de eleições municipais são os anos de 2012, 2016 e 2020, já os anos de eleições Estaduais e Federais são os anos de 2014, 2018 e 2022.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, foram realizadas as estimações para quatro modelos, apresentados na Tabela 7, sendo: as estimações de Efeitos Fixos (não apresentado) e de Efeitos Aleatórios (1ª coluna), apenas com as variáveis *dummies* relacionadas ao ciclo eleitoral, e os modelos de Efeitos Aleatórios (2ª coluna) e o modelo de Efeitos Fixos (3ª coluna), que incluem a variável de PIB per capita (PIB_capita).

TABELA 7. Resultado dos modelos de dados em painel estimados para gastos públicos municipais percapita de Pernambuco, 2012 a 2021

	Efeitos Aleatórios (1)	Efeitos Aleatórios (2)	Efeitos Fixos (3)
ano1	0.018*** (0.007)	0.016*** (0.006)	0.015*** (0.006)
ano2	0.117*** (0.007)	0.037*** (0.006)	0.035*** (0.006)
ano3	0.017** (0.008)	0.016*** (0.006)	0.016*** (0.006)
log(PIB capita)	X	0.143*** (0.017)	0.214*** (0.021)
Observações	1,994	1,809	1,809
R ²	0.155	0.211	0.081
Adjusted R ²	0.154	0.210	-
Estatística F	113.747***	365.560***	35.929***

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

Foi conduzido o Teste de Hausman (Hausman, 1978) para os modelos sem a variável log(PIB_capita), para comparar o modelo de Efeitos Fixos com o modelo de Efeitos Aleatórios. O teste confirmou um p-valor de 0.8752, não rejeitando a hipótese nula (H0), sendo o modelo de efeitos aleatórios o mais eficiente e indicado¹.

Os resultados mostraram uma relação significativa e positiva entre as despesas municipais per capita e os três primeiros anos de mandato, quando comparados com os anos de eleições municipais (quarto ano de mandato). Além disso, o segundo ano de mandato se destaca apresentando coeficiente relativamente maior que os demais.

¹ O modelo de efeitos fixos sem a variável PIB não foi apresentado por apresentar resultados semelhantes.

A variável de PIB Per capita (PIB_capita) foi adicionada ao modelo inicial para controle. O objetivo foi verificar se o efeito significativo dos períodos do mandato iria permanecer, mesmo controlando o crescimento econômico, que tende a elevar a arrecadação pública e, conseqüentemente, os gastos públicos. A significância das variáveis *dummies* sugeriria um esforço na elevação de gastos baseado no ciclo eleitoral, não justificado pela maior disponibilidade de recursos.

O Teste de Hausman, agora, para os modelos que incluem a variável de “PIB_capita”, mostrou um p-valor = 5.052e-06, de forma que se rejeita a hipótese nula, sendo o modelo de efeitos fixos preferível, tendo em vista as possíveis relações entre o PIB per capita e outras variáveis relevantes contidas no resíduo.

Observa-se que a significância se manteve semelhante para as outras variáveis relacionadas ao período do mandato municipal, mas apenas a variável ano2 (segundo ano de mandato) apresenta uma alteração relevante no coeficiente. A Variável “PIB_capita” também apresentou um efeito positivo e estatisticamente significativo, que indica que o aumento de despesas públicas municipais é correlacionado a um aumento no PIB per capita dos municípios de Pernambuco.

O efeito da inclusão da variável PIB per capita sobre o coeficiente do 2º ano de mandato municipal, não observado para os demais anos, chama a atenção. Por isso, verificou-se a relação entre o período do mandato do gestor municipal e o PIB per capita dos municípios. O resultado é apresentado na Tabela 8.

TABELA 8. Modelo de Efeitos Fixos para PIB_capita

Efeitos Fixos	
log(PIB capita)	
ano1	0.010 (0.006)
ano2	0.027*** (0.007)
ano3	0.003 (0.007)
Observações	1,809
R ²	0.010
Adjusted R ²	-0.104
F Statistic	5.219*** (df = 3; 1622)

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Dessa forma, em relação aos anos de eleições municipais (ano4), apenas ano2 é estatisticamente significativo para explicar a relação de PIB per capita com os anos de mandato, com o coeficiente de 0.0271601 e o p-valor de 0.0001959.

5.2 DISCUSSÕES

Os resultados de que os gastos são maiores nos demais períodos do ciclo eleitoral, principalmente no segundo ano de mandato municipal que coincide com as eleições federais e estaduais, sugere que os ciclos políticos oportunistas e orçamentários nos municípios podem ser identificados em relação ao calendário das eleições presidenciais e para governadores e demais cargos federais e estaduais, e não o municipal. Desta forma, é possível que haja transferências de recursos intergovernamentais para fortalecer os orçamentos municipais.

Em relação ao calendário de eleições municipais de Pernambuco, os gastos empenhados per capita (*GastoPublicoPerCapita*) tendem a ser maiores no primeiro (ano1), no segundo (ano2) e terceiro ano (ano3) de mandato, comparados ao quarto ano (ano4). Esse resultado não era esperado, visto que a teoria de ciclos oportunistas de Nordhaus (1975) e as teorias de ciclos políticos orçamentários de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) sugerem que os políticos tendem a aumentar as despesas no ano de eleições, portanto o que não foi possível evidenciar nesta análise.

Os resultados obtidos a partir da inclusão da variável PIB per capita no modelo apresentou duas interpretações complementares entre si, pertinentes à análise proposta. Primeiramente, como esperado inicialmente, visto que o PIB serve como um forte indicador de crescimento da atividade econômica, que está intrinsecamente ligada à arrecadação tributária, a manutenção da significância dos coeficientes das *dummies* do período do mandato, após a inserção da variável PIB_capita, destaca o esforço em se gastar mais seguindo o ciclo eleitoral, mesmo não havendo justificativa de maior receita.

A segunda, refere-se ao efeito da inclusão desta variável sobre o coeficiente de “ano2”, reduzindo-o. A mudança sugere que o aumento da atividade econômica no segundo ano de mandato do ciclo eleitoral é explicada, em grande parte, pelo efeito deste período sobre o aumento de gastos públicos municipais. Este fato é destacado quando se regride o pib per capita em relação às variáveis *dummies* relacionadas ao

ciclo eleitoral e a variável dummie para o ano eleitoral para cargos federais e estaduais apresenta significância, conforme mostra a Tabela 2.

A princípio, o pib per capita não deveria estar correlacionado com uma dummie de tempo como a que foi incluída, exceto se considerarmos a explicação dada pela teoria dos ciclos políticos. Maiores gastos públicos ocorrem no ano eleitoral de forma a elevar a atividade econômica e reduzir o desemprego, que segundo Nordhaus (1975), é um dos benefícios enxergado pelos eleitores para que possam basear suas decisões de voto, indicando um comportamento oportunista por parte dos políticos.

Nesta segunda interpretação, o efeito do ciclo político seria captado pelo efeito sobre a atividade econômica e, conseqüentemente, sobre a receita e despesa, enquanto na primeira, o efeito do ciclo é direto sobre a despesa.

Os modelos desenvolvidos na pesquisa não permitem explicar os ciclos partidários, visto que não foram incluídas as variáveis que identifiquem quais foram os partidos concorrentes nas eleições e suas ideologias, nem tampouco as ideologias dos votantes. Também não foi possível constatar se os eleitores tomam suas decisões de voto com base na teoria das expectativas adaptativas ou racionais.

Existe ainda a possibilidade de que a redução de despesas empenhadas per capita (*GastoPublicoPerCapita*) no quarto ano de mandato seja explicada por outros fatores, como a aversão ao risco de iniciar novos projetos e não finalizar durante o mandato, o foco em outras estratégias eleitoreiras, possível diminuição da disponibilidade de recursos estaduais e também da União, além do maior rigor no controle dos gastos no ano eleitoral, como os que são impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tendo como exemplo, o limite de gastos com pessoal e a proibição de aumento de despesas.

Além disso, o maior coeficiente encontrado para o segundo ano de mandato também poderia indicar uma antecipação no início das obras a serem entregues às vésperas das eleições, um indício de choque de competência, em concordância com Araújo (2010). Ou seja, a intenção de entregar resultados dos investimentos no quarto ano de mandato (ano4), para obter maiores chances de vitória nas eleições, levaria ao aumento nos gastos ainda no segundo ano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado através de investigação e análise, onde os modelos estatísticos aplicados de dados em painel revelaram padrões e tendências importantes sobre os ciclos políticos econômicos nos municípios de Pernambuco.

Foi constatado que as prefeituras municipais pernambucanas têm uma possível tendência em ter maiores despesas correntes empenhadas nos três primeiros anos de mandato, em relação ao quarto ano (ano de eleições). A análise ressalta que os segundos anos de cada mandato municipal, apresentam as maiores despesas públicas empenhadas per capita, sendo justamente os anos em que ocorrem as eleições estaduais e federal no Brasil, indicando uma sazonalidade nos gastos públicos, onde possivelmente o Ciclo Político Econômico para os municípios de Pernambuco é um reflexo do Ciclo Político Econômico das eleições estaduais e federais.

Observa-se que o PIB per capita municipal demonstra uma possível tendência de aumentos significativos no segundo ano de mandato, sugerindo que os políticos podem usar o aumento dos gastos como uma ferramenta para gerar empregos e impulsionar a economia local. Este comportamento pode refletir em estratégias oportunistas, com o intuito influenciar as decisões de voto dos cidadãos.

Não foi possível a identificação de presença ou de correlação entre os ciclos político econômicos e o calendário de eleições municipais no estado de Pernambuco. Além disso, podem ser citados a falta de variáveis para identificar a presença de ciclos políticos partidários, além de não conseguir distinguir se existe um comportamento mais alinhado à teoria de expectativas adaptativas ou racionais, por parte dos votantes.

A investigação é relevante para um melhor entendimento sobre a literatura dos ciclos político econômicos e para saber se as eleições municipais no estado de Pernambuco estão, de alguma forma, ligadas a comportamentos oportunistas por parte dos políticos.

Para estudos posteriores, sugere-se que as investigações possam considerar outras variáveis independentes que mostram quais são as ideologias partidárias presentes nas eleições e também as ideologias e expectativas dos eleitores. Além disso, sugere-se maiores investigações sobre os CPE a níveis estaduais e federal.

REFERÊNCIAS

Araújo, Jevuks Matheus. **Relações entre Economia e Política: Uma Análise Dos Ciclos Político-econômicos Nos Estados Brasileiros No Período de 1995 a 2008**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa (PB), p. 11-55, Fevereiro de 2010.

Barrêto de Queiroz, D., Freire de Moraes, L. M., Ferreira, A. G. S., Silva, V. K. R. **Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros**. Redalyc Scientific Information System, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG). V.6, nº 2, p. 2-17. 2019.

Bittencourt, Jeferson Luis. **Evidências de ciclo político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais - 1983/2000**. Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), p. 9-140, 2002.

Borsani, Hugo. **Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina, 1979-1998**. Belo Horizonte (MG), Editora UFMG, 2003.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 maio 2000.

Carvalho, F. A. A., Oliveira, K. V. **A Contabilidade Governamental E A Teoria Dos Ciclos Políticos: Uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro - 1998 / 2006**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília (BSB), v. 3, nº 1, p. 46-64, Jan/Abr de 2009.

Correia, E. G., Casonato, L. **Ciclos Políticos Econômicos Oportunistas ou Partidários? Uma aproximação empírica para os municípios brasileiros entre 2000 e 2012**. Economia & Região, Londrina (Pr). v.6, n.1, p.7-22, Jan./Jun. 2018.

Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, CD. **CICLO ORÇAMENTÁRIO POLÍTICO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. Avanços em Contabilidade Científica e Aplicada , 14 (1), 106–123/124. 2021.

Dal-Ri, Fabiano. **Ciclos Político-Eleitorais e alocação dos gastos públicos: Uma análise para os municípios brasileiros**. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba (PR), p. 11-44, Dezembro, 2016.

DIVINO, José Angelo; SILVA JUNIOR, Rogério Lúcio Soares da. **Composição dos Gastos Públicos e Crescimento Econômico dos Municípios Brasileiros**. *Revista Brasileira de Economia*, v.13, n.3, p.507-528, 2019.

DON L. Aquela Fé. [S.l.], [s.n.], 26/06/2017. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=ZYKJZBG1qM&ab_channel=DonLMusic.

Acesso em: 21/03/2024.

Fialho, Tânia Maria Maia. **Ciclos políticos: uma resenha**. Revista de Economia Política, vol. 19, nº 2, p. 381-400, abril-junho/1999.

Gionedis, Edgar Marcel. **Ciclos Político-econômicos: Uma Análise Do Comportamento Dos Gastos Públicos Do Estado Do Paraná No Período De 2003- 2013 Via Dados Em Painel**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), p. 12-37, 2015.

Gobbi, Simone Garcia. **Teoria dos Ciclos Político-Econômicos: Um Estudo de São Paulo e Minas Gerais**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara (FCLAr). Araraquara (SP), p. 6-62, 2011.

Guerra, D., Paixão, A. N., Filho, P. A. M.L. **Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil: 1995-2013**. Revista de Ciências Sociais, Rio De Janeiro (RJ), vol. 61, nº 3, p. 695-734, 2018.

Junior, A. F. de A.; Cancado, P.; Shikida, C. D. **Economics and Politics: O que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000**. Informe GEPEC, [S. I.], v. 9, n. 2, 2007.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; COSTA, Leandro Oliveira. **Uma breve discussão sobre os modelos com dados em painel**. Nota técnica, v. 37, 2009. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT_37.pdf. Acesso em: 18/Março/2024.

Macedo, Alan Bezerra. **Ciclos Político-econômicos: A eficiência dos gastos públicos na Universidade de Brasília no período 1995-2020**. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB). Brasília (BSB), p. 16-75, Agosto de 2022.

Martins, Rodrigo Caldeira. **As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português**. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Coimbra (PT). p. 1-34. 2002.

Pereira dos Santos, Pedro Henrique & Reis Wakim, Vasconcelos & Fernandes, Cinthia. **Ciclos políticos eleitorais: há influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos municípios mineiros?**. Contabilidade Gestão e Governança. 24. 239-255. 10.51341/1984-3925_2021v24n2a6. 2021.

Preussler, Athos Prates. **Um Estudo Empírico Dos Ciclos Político-econômicos No Brasil**. Programa De Pós-graduação Em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UFRGS), Porto Alegre (RS) p. 7-80, 2001.

Rodrigues, Magna Emanuela. **Execução Orçamentária Da Despesa Por Funções De Governo E Os Ciclos Políticos Nos Estados E No Distrito Federal (2006 – 2010 – 2014)**. Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DCC/CCSA – UFRN), Natal (RN), p. 23-40, Novembro de 2017.

Sakurai SN. **Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas.** Estud Econ [Internet]. 2005 Apr;35(2):297–315. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000200003>

Siqueira, Fernando de Faria. **Política fiscal e ciclo político no Brasil: uma análise empírica.** (FEA-USP) Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, SÃO PAULO (SP), p. 21-123, 2015.

Vicente, E. F. R., Nascimento L. S. **A Efetividade Dos Ciclos Políticos Nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil.** Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto (SP), v. 6, nº 14, p. 107-126, Jan/Abr de 2012.